

A greve dos professores universitários de 2012 e o REUNI: uma análise da relação entre as políticas educacionais e as lutas dos professores

The 2012 professors' strike and REUNI: an analysis of the relationship between educational policies and professors's fights

Matheus Castro da Silva*

Resumo

Este estudo tem por objetivo analisar a relação entre os impactos da implementação das políticas públicas de Educação Superior, especialmente o REUNI, e as ações de resistência dos docentes, a partir da perspectiva da consciência de classe. Para tanto, utilizaremos o materialismo histórico e dialético como método, em uma perspectiva para além da compreensão, mas de ação para a superação dessa realidade. Ao passo que o REUNI precarizou as condições de trabalho, estimulou uma cultura institucional egoísta e heterônoma, contraditoriamente, também impeliu os docentes a resistirem, fomentando um salto qualitativo em sua consciência, culminando no movimento grevista de 2012.

Palavras-chave: educação superior; greve; REUNI.

Abstract

This study aims to analyze the relationship between the impacts of implementation of public politics for higher education, especially the REUNI, and the professors' resistance actions, from the perspective of class conscious. Therefore, we use the dialectical and historical materialism as our method, in a perspective beyond of the understanding, seeking also for action to overcome this reality. While have REUNI deteriorate the work conditions, it also have stimulated a selfish and heteronomous institutional culture, contradictorily, had impelled the professors to resist, fomenting a qualitative jump on their conscious, culminating at the 2012 strike.

Keywords: Higher Education; strike; REUNI.

* Professor de Educação Física do Colégio Pedro II/Doutorando em Educação pela UERJ.

Introdução

Na atual conjuntura de crise do capital, intensificação da luta de classes a partir do recrudescimento do conservadorismo e uma grande ofensiva sobre os direitos arduamente adquiridos pela classe trabalhadora, é importante analisarmos as nossas lutas passadas como forma de reflexão e aprendizagem para as lutas seguintes. Nos últimos anos, durante o governo PT e também no período pós-golpe, a educação tornou-se vanguarda dos movimentos da classe trabalhadora, realizando os maiores e principais movimentos de enfrentamento, principalmente entre os servidores públicos. A greve de 2012 dos professores universitários, a maior registrada até hoje, foi um grande marco nesse processo de mobilização e organização da classe e dá-nos muitos elementos indicativos sobre os limites e potencialidades das lutas desse segmento da classe trabalhadora e de suas relações com o conjunto dessa classe.

Em 2015, as universidades públicas federais passaram por uma greve que englobou os três setores que compõem a comunidade universitária: docentes, discentes e servidores técnico-administrativos. Esse cenário tem como principal causa os cortes orçamentários promovidos pelo governo federal, que chegaram a R\$ 12 bilhões somente naquele ano, apenas na área da educação, totalizando cerca de R\$ 80 bilhões se somadas as demais áreas sociais como saúde, segurança, habitação etc.¹. Esses cortes ocorreram em um contexto de manutenção da política de superávit primário, no qual as receitas do Estado são destinadas prioritariamente para o pagamento da dívida pública e seus serviços: os juros da dívida atualmente estão na casa 334,6 bilhões de reais, sendo que, em 2014, eram 251,1 bilhões de reais, e, ainda em 2015, foram destinados 45% das riquezas do país para o pagamento da dívida pública².

No entanto, apenas três anos antes, em 2012, houve uma grande greve que também mobilizou a comunidade universitária e tornou-se a mais longa da história até então, e já apontava como reivindicações a falta de condições de trabalho e estudo, fruto da ausência de investimentos do governo federal. Neste contexto, este estudo almeja investigar o processo de luta dos docentes das universidades públicas federais que desembocou na greve de 2012 e a sua relação com as políticas públicas do Governo Federal, especialmente a última Contrarreforma Universitária (Decreto 6096/2007). Tendo em vista a manutenção das políticas de aprofundamento sistemático da precarização dos serviços públicos por meio de sua asfixia financeira, estudar a greve docente de 2012 torna-se importante não apenas para compreender a situação da educação no Brasil, em especial a Educação Superior, mas também as configurações atuais da luta de classes, suas potencialidades e dificuldades.

¹ Dados retirados de: <<http://grevedauff2015.blogspot.com.br/>>.

² Dados retirados de: <<http://www.cartacapital.com.br/economia/201ca-divida-publica-e-um-mega-esquema-de-corrupcao-institucionalizado201d-9552.html>>.

Buscamos compreender a realidade brasileira e de suas instituições a partir das premissas da Teoria Marxista da Dependência, que

é o termo pelo qual ficou conhecida a versão que interpreta, com base na teoria de Marx sobre o modo de produção capitalista, na teoria clássica do imperialismo e em algumas outras obras pioneiras sobre a relação centro-periferia na economia mundial, a condição dependente das sociedades periféricas como um desdobramento próprio da lógica de funcionamento da economia capitalista mundial (Carvalho, 2013, p. 192).

A partir da compreensão da realidade brasileira, tendo em conta a sua inserção periférica e dependente na ordem capitalista mundial como o eixo condutor de nossa pesquisa, estudamos as reconfigurações da Educação Superior pública brasileira e a sua relação com as ações do Movimento Docente (MD). Em um primeiro momento, averiguamos as relações estabelecidas entre a condição de país periférico e o papel da universidade pública, seus limites e potencialidades dentro dessa ordem e de suas condições objetivas de atuação e a natureza e organização do trabalho docente nesse âmbito.

Posteriormente, analisamos a concepção e a implementação do REUNI tomando como campo empírico a Universidade Federal Fluminense (UFF). Atentamos ao processo de reestruturação e expansão levado a cabo via REUNI e suas consequências para as condições de trabalho e estudo nas universidades federais, neste caso a UFF, ressaltando os movimentos de resistência ao projeto no interior da universidade.

Por fim, investigamos a greve ocorrida em 2012, as ações do Movimento Docente (MD) e de seu principal interlocutor, o Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), e, no caso da UFF, a Associação dos Docentes da UFF – Seção Sindical do ANDES-SN (ADUFF-SSind). Essa análise foi realizada a partir das publicações da ADUFF-SSind, como o blog criado para divulgar e acompanhar a greve, e das atas das assembleias promovidas pela ADUFF durante o período da greve. Assim, buscamos compreender as relações entre o MD e as mudanças em suas condições de trabalho promovidas pelas políticas públicas, a sua ação enquanto classe trabalhadora, a dialeticidade da consciência de classe, e as perspectivas para novos movimentos, suas potencialidades e dificuldades.

O trabalho docente na universidade periférica

Como instituição partícipe da estrutura societária capitalista, a educação formal adquire um importante papel na conformação da mesma, integrando o processo de luta de classes, as disputas por hegemonia, e os movimentos de

resistência da classe trabalhadora, ainda que, em última instância, seja determinada pela burguesia, classe dominante econômica e politicamente, material e espiritualmente (SILVA, 2015).

No caso brasileiro, estudar a relação entre educação e sociedade deve considerar que “do solo material composto pelo MPC na particularidade não ‘decorre’, pura e simplesmente, a educação brasileira, como mera ‘superestrutura’ que se ergue sobre uma base. Ela é resultado de processos históricos complexos, constituídos de lutas e conflitos determinados” (Minto, 2011, p. 100). De acordo com a Teoria Marxista da Dependência, a “inserção débil” do Brasil na ordem econômica mundial não se materializa apenas em questões comerciais, financeiras, mas também na qualidade de suas relações, instituições, que são frutos do processo de desenvolvimento próprio da lógica universal de expansão capitalista, materializando-se em “uma ordem social caracterizada por um afastamento extremo cultural e material, com um acesso reduzido ao mínimo possível a grande parte da população” (SILVA, 2015, p. 61).

O suposto “atraso educacional” dos países periféricos, antes de obstáculos para o desenvolvimento do capitalismo nesses países, é uma condição, uma exigência dessa estrutura societária. Nesse sentido, a produção de um conhecimento técnico-científico mais avançado e de um conhecimento crítico da ordem existente torna-se mais difícil em função de um processo de transplantação de ideias e conhecimentos advindos do centro do capitalismo; esse processo é preponderante para a produção e reprodução do *status quo*, configurando-se uma dependência social, econômica, política, cultural e educacional, que são a objetividade da condição periférica brasileira.

Com a modernização da situação de dependência, em vez de diluir as relações de subordinação entre países centrais e periféricos, há a sua complexificação. “Os países hegemônicos não possuem interesse e não podem fomentar atividades que possibilitem uma maior autonomia nos países da periferia, logo, ao passo que há o surgimento de novos centros de educação, pesquisa, as influências externas se tornam mais alienadoras, atrofiantes” (*ibidem*, p. 62). É importante ressaltar o interesse da classe dominante local, que também atua para direcionar o desenvolvimento nessa direção, a fim de garantir a manutenção de seus privilégios de classe, porquanto são sócios no processo de exploração da dependência.

A situação de dependência materializa-se por diversos mecanismos, sendo o principal deles, atualmente, a dívida pública. Por meio de seu incrível aumento, cresce a subordinação dos Estados periféricos aos capitalistas, sobretudo das nações centrais.

Nesses países, há a consolidação de uma posição de valorização dos capitais forâneos, aumentando a sua dependência para com eles, e,

constituindo um ciclo vicioso, com o estímulo à entrada de capitais estrangeiros, a remessa do mais-valor por eles obtidos no Brasil para o exterior e a dependência desses capitais para a continuidade das atividades econômicas, o que faz com que a ação estatal se volte para atrair cada vez mais os investimentos estrangeiros (*ibidem*, p. 63).

Todavia, esse processo ocorre mediante muitas resistências da classe trabalhadora, em especial de um segmento diretamente envolvido no processo educacional, responsável por materializar as relações educacionais: os professores. O docente é um assalariado que deve vender sua força de trabalho para garantir a sua sobrevivência, logo, um trabalhador como qualquer outro. Contudo, por não se encontrar “no chão da fábrica”, os docentes não se consideravam e nem eram considerados como os demais trabalhadores, pois, a partir da materialidade de suas relações de trabalho, o docente constituía em sua subjetividade a visão de que não seria um trabalhador como os demais.

Os trabalhadores da educação são trabalhadores assalariados em sua totalidade, sem a propriedade dos meios de produção, submetidos a um crescente processo de perda do controle do processo de trabalho e de flexibilização nas suas formas de contratação, conforme apontado [...] nas lutas dos docentes contra as políticas educacionais (Miranda, 2011, p. 318).

No caso da educação pública, as mudanças ocorrem sobretudo por meio das políticas educacionais. No caso da Educação Superior pública federal, iremos analisar a última Contrarreforma Universitária, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, cujo processo de implantação foi bastante conturbado, contando com muita resistência por parte de segmentos da comunidade universitária, como alunos, técnicos e docentes. Destarte, analisaremos a seguir o processo de implementação do REUNI e suas consequências para as condições de trabalho e estudo na UFF e os movimentos de resistência do período.

A Contrarreforma Universitária: a implementação do REUNI e os seus impactos no trabalho docente

A Contrarreforma Universitária denominada de REUNI está no bojo de uma ampla Contrarreforma em todo o âmbito do Estado promovida pelo Governo presidido pelo Partido dos Trabalhadores (PT). O cerne desse movimento mais amplo foi aumentar os espaços lucrativos dentro do espaço público, um processo de privatização por dentro, capitaneado pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Na educação, ocorreu a consolidação de um marco jurídi-

co-político que possibilitou o crescimento da inserção da iniciativa privada na Educação Superior pública, tanto pela venda direta dos “produtos educacionais”, como pela apropriação privada dos espaços públicos para aumentar a taxa de extração de mais-valor.

Porém, como vimos anteriormente, uma das mediações fundamentais da sociedade capitalista é a luta de classes, presente em todas as suas instâncias, em especial no Estado, e, conseqüentemente, no âmbito das políticas públicas. Assim, a implementação do REUNI foi acompanhada por uma intensa mobilização dos diversos segmentos da comunidade universitária. Desde a sua concepção, ele foi duramente combatido, o que é justificado, por exemplo, pela apresentação do *Anteprojeto de Lei: versão preliminar* da Reforma Universitária, elaborado pelo governo em 6 de dezembro de 2004, de uma segunda versão em 30 de maio de 2005, e de outra em 29 de julho – “por ocasião da passagem do cargo de ministro de Educação, Tarso Genro torna pública a então chamada ‘versão definitiva’ do anteprojeto de lei da reforma da educação superior”, sempre com algumas concessões, mas prevalecendo os interesses da classe dominante (Rodrigues, 2007, p. 71).

O REUNI foi implementado pelo governo PT, um partido que nasceu no seio da classe trabalhadora, e com apoio de entidades que seguiram o mesmo caminho, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a União Nacional dos Estudantes (UNE), e utilizou-se de bandeiras históricas dos movimentos sociais, sobretudo a defesa da ampliação do acesso à ES para implementar um projeto, em essência, contrário aos seus interesses. Dessa forma, a Contrarreforma veio como resposta a uma série de “problemas” mapeados pelo governo federal na Educação Superior pública, como observamos nas “Diretrizes Gerais para a Reforma do Ensino Superior” (Brasil, 2007a): currículos rígidos voltados basicamente para a formação profissional, número reduzido de estudantes, espaços ociosos (principalmente à noite), baixa relação aluno-professor (RAP), altos índices de evasão.

Como um contrato de gestão a ser assinado entre o Ministério da Educação (MEC) e as universidades federais, o discurso governamental era de respeito à autonomia universitária, contudo, a alocação de verbas para as instituições estavam condicionadas à assinatura desse contrato. Destarte, as universidades deveriam cumprir as metas supracitadas estabelecidas pelo MEC com relação à conclusão de curso e ao aumento da RAP em 5 anos, prazo de vigência do contrato, para então continuar recebendo os recursos federais. No entanto, a esse grande processo de expansão e reestruturação, o aumento dos recursos de custeio das instituições seria de apenas 20% de seus recursos na data de assinatura do contrato.

Art. 3o O Ministério da Educação destinará ao Programa recursos financeiros, que serão reservados a cada universidade federal, na

medida da elaboração e apresentação dos respectivos planos de reestruturação, a fim de suportar as despesas decorrentes das iniciativas propostas, especialmente no que respeita a: I - construção e readequação de infraestrutura e equipamentos necessárias à realização dos objetivos do Programa; II - compra de bens e serviços necessários ao funcionamento dos novos regimes acadêmicos; e III - despesas de custeio e pessoal associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação. § 1o O acréscimo de recursos referido no inciso III será limitado a vinte por cento das despesas de custeio e pessoal da universidade, no período de cinco anos de que trata o art. 1o, [...] § 3o O atendimento dos planos é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação (Brasil, 2007b).

Esses recursos poderiam ser aumentados ou diminuídos em função do cumprimento de metas, e, quanto maior fosse a expansão das vagas, maior seria a alocação de verbas, ou seja, o projeto constituiu-se em uma grande “chantagem” por parte dos governos para com as universidades.

Assim, a lógica central da Contrarreforma era a expansão da oferta da Educação Superior pública, por meio da sua massificação: flexibilização dos currículos possibilitando um aligeiramento da formação, aumento a RAP para 18/1 a fim de “otimizar” os recursos materiais e humanos, utilização maciça de tecnologia, sobretudo via EAD (Educação à Distância) para substituir as aulas presenciais, para ampliar as vagas sem aumentar as verbas destinadas às universidades. “O Programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos” (Brasil, 2007b).

Essas medidas aprioristicamente coerentes, são, na verdade, extremamente problemáticas. O aumento da RAP para 18/1 no prazo de duração do contrato pode parecer pouco, mas se é levado em consideração que um docente de Educação Superior não se dedica apenas a ministrar aulas, como também realiza atividades de pesquisa, extensão, orientação de trabalhos, e muitas vezes, acumula funções administrativas e burocráticas, esse número passa a ser bastante considerável, pois, o objetivo passa a ser “salas de aulas com 45 alunos de graduação e uma carga horária discente de aproximadamente vinte horas semanais” (Brasil, 2007a, p. 4). Com 45 alunos por turma, já fica bastante precária a relação ensino-aprendizagem, mas o que se vê na maioria das salas de aula são turmas com 60, 70 e até 80 alunos.

Todavia, mesmo sendo um projeto de alcance nacional, com metas fixas para o conjunto da Educação Superior pública federal, ele se materializou em

cada instituição de maneira distinta. Isso ocorreu por alguns fatores: 1 – a contabilização das vagas a serem expandidas dava um peso maior aos discentes de pós-graduação, logo, as universidades que possuíam cursos de pós-graduação consolidados precisariam expandir menos vagas de graduação que as demais; 2 – outro fator importante foi a capacidade de mobilização e luta interna da comunidade universitária, que conseguiu amenizar alguns fatores negativos do acordo.

Dessa feita, a dialeticidade entre o universal – no caso do alcance nacional da política do REUNI – e o particular – a forma como ele se materializa em cada Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) – só é possível de ser compreendida se observarmos as suas mediações. Neste caso, uma mediação fundamental é a luta de classes. O nosso objeto de estudo, a UFF, foi uma das últimas IFES a assinar o acordo com o MEC, e com uma série de concessões, mas que não mudaram a natureza precarizante do contrato de gestão.

O processo de implementação do REUNI na UFF foi bastante conturbado, contando com grande resistência da comunidade universitária, destacando-se a atuação da ADUFF-SSind na representatividade dos docentes. Não obstante, a reunião final da aprovação do REUNI no Conselho Universitário ocorreu no Palácio da Justiça de Niterói sob escolta das polícias militar e federal: “Para tal, a reunião do Conselho Universitário realizou-se no Palácio da Justiça de Niterói, sob forte escolta policial, onde estudantes, sindicalistas e conselheiros tiveram barrada a sua entrada. Os policiais militares usaram spray de pimenta e ameaçaram estudantes e professores de prisão” (GTPE-ADUFF/SSind, 2013, p. 26).

Os tópicos do REUNI referentes à democratização da universidade pública e ao respeito à autonomia presentes no corpo do projeto não chegaram à via da prática. Contudo, é importante lembrar que os setores ligados ao campo majoritário da UNE e os setores da CUT apoiaram a implementação do REUNI nas Universidades federais, fazendo a defesa do governo federal, demonstrando o seu atrelamento ao mesmo.

Como já vimos anteriormente, o projeto do governo materializar-se-ia por meio da assinatura de um contrato de gestão entre o MEC e as IFES; no caso da UFF, o **Acordo nº 044**. Neste acordo, a UFF teria “autonomia” para atingir as metas impostas pelo governo federal: aumentar a RAP para 18/1 e também a taxa de conclusão de curso para 90%. O acordo partia do mapeamento de problemas na universidade, que seriam os mesmos diagnosticados no conjunto da Educação Superior pública federal:

que há necessidade de reduzir as taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de ingresso, especialmente no período noturno; que há necessidade de mobilidade estudantil, com implantação de regimes curriculares e sistemas de título que possibilitem a construção

de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior; [...]; que há necessidade da diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada (Brasil, 2008a, p. 01).

O Acordo foi assinado em 2007 para entrar em vigor em 2008, com prazo de validade de 5 anos, até 2012, e teve, ao longo desses anos, os seguintes indicadores de expansão: de 2007 até 2010, a dotação orçamentária aumentou 55%; de 2007 até 2012, o número de cursos de graduação aumentou 58% e o número de cursos de pós-graduação *stricto sensu* cresceu 66%; no mesmo período, o número de matrículas na graduação foi ampliado em 98%, a RAP passou de 61,1% para 18,3%, acima do previsto no acordo; enquanto, de 2007 até 2011, o número de docentes havia sido aumentado em apenas 30% (SILVA, 2015).

Apesar de a relação entre aumento do número de cursos e aumento na dotação orçamentária indicar um equilíbrio no crescimento, a disparidade entre o crescimento das matrículas e o aumento do quantitativo de professores mostramos claramente o processo de precarização. A ampliação do quadro docente foi menos de 3 vezes inferior ao crescimento das matrículas de graduação, demonstrando um quadro grave de sucateamento das condições de trabalho e estudo na UFF. Além disso, o discurso de democratização do acesso à universidade pública cai por terra quando, de acordo com dados da própria UFF (2012), a taxa de sucesso na graduação cai de 0,76 em 2007 para 0,64 em 2011. “Com o aumento do número de alunos em sala de aula, a comunicação entre professores e alunos é mais obstaculizada, o que é altamente prejudicial para a aprendizagem, sobretudo no que tange à criação de vínculos e identificação entre docente e discente, já que as relações se tornam cada vez mais impessoais” (SILVA, 2015, p. 160).

Configura-se, então, o papel do “docente terciário”, que, sobrecarregado pelo crescimento das aulas a serem ministradas, pelo número de alunos por turma, assim como pela quantidade de orientações a serem realizadas, tem a realização de atividades de pesquisa e extensão deveras obstaculizadas.

Com isso, há a conformação daquilo que o Banco Mundial denomina como “Ensino Terciário”, a sua proposta de Educação Superior para os países periféricos, que se constitui em um processo de formação da mão de obra bastante superficial, aligeirado, flexível, descolado da realidade, sem qualquer perspectiva crítica do conhecimento e afastado dos processos de pesquisa e produção do conhecimento – estes são reservados aos países do centro do capitalismo. Ocorre o aprofundamento da condição periférica da universidade brasileira. “Por meio desse importante deslocamento da concepção de *educação superior* para *educação terciária*, o BM reivindica o aprofundamento da diversificação das

instituições de ensino superior, dos seus cursos e das suas fontes de financiamento” (GTPE-ADUFF/ SSind, 2013, p. 17).

Outro elemento que ajuda a aprofundar essa lógica de “terciarização” da Educação Superior é o fato de a expansão preconizada pelo governo federal ocorrer sobretudo a partir da contratação de professores temporários, ou “professores REUNI”. Diferente dos professores substitutos, os “professores REUNI” não surgem para cobrir alguma vacância de vaga já suprida por um docente efetivo, mas, sim, surgem para “tapar buracos” da expansão de vagas promovida pelo REUNI, as quais não possuíam concursos correspondentes. Os “professores REUNI” padecem das mesmas limitações que os docentes substitutos: não podem exercer atividades burocráticas, de pesquisas, extensão, ou seja, apenas realizam atividades de ensino. “Dessa forma, o trabalho institucional e acadêmico fica comprometido: os poucos professores efetivos ficam com toda a responsabilidade de orientações, realização de atividades de pesquisa e extensão, além da assunção dos cargos de chefia administrativa.” (SILVA, 2015, p. 162).

Essa foi a forma de “otimizar” os recursos materiais, financeiros e humanos por parte do governo federal: precarizar ainda mais a Educação Superior pública federal.

A contratação de professores temporários foi a forma de expansão, em especial nos cursos e *campi* do interior. A interiorização foi outra marca do REUNI, sobretudo na UFF, que tem na expansão para o interior uma característica histórica. Contudo, a expansão de vagas e cursos para o interior, desacompanhada dos investimentos necessários, só pode acarretar em uma situação bastante problemática.

Os alunos chegaram – e foram bem vindos! –, porém as salas de aula, as bibliotecas, a moradia estudantil, o transporte, o restaurante universitário, os laboratórios, os técnicos e os professores ainda estão em falta. As debilidades estruturais dos Polos são grandes e dificultam a plena atividade de ensino, pesquisa e extensão (GTPE-ADUFF/SSind, 2013, p. 28).

À exceção do Polo de Volta Redonda, os demais polos sofrem com graves problemas em sua infraestrutura, como a realização de aulas em *containers*, falta de espaços para os docentes e de espaços adequados para a realização de pesquisas, e total ausência de assistência estudantil. Ainda que haja legalmente a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, “as condições materiais, objetivas, da universidade impedem que isso ocorra na prática, configurando uma graduação bastante limitada às atividades de ensino, com atividades de

pesquisa e atividades de extensão se tornando exceções nesse processo de formação” (SILVA, 2015, p. 185).

Com relação à falta de verbas, o REUNI veio a consolidar os paradigmas privatistas acima elencados, como as Fundações de Direito Privado, Parcerias Público-Privadas, pois, configura uma nova perspectiva de autonomia, em detrimento da autonomia didático-científico, uma autonomia administrativo-financeira. Esta significa que as universidades devem, por meio da venda de “serviços educacionais”, complementar as verbas governamentais quando estas forem insuficientes, consolidando um processo de privatização interna (Mancebo, 2013).

Acrescenta-se a esse panorama a consolidação do novo modelo empresarial de gestão da Educação Superior pública, no qual as verbas passam a ser distribuídas para as instituições e os professores a partir da realização de avaliações externas. Estas podem ser realizadas por avaliações diretas, como o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), assim como realizadas no setor de pós-graduação e pesquisa, pela mensuração quantitativa dos artigos científicos produzidos pelos docentes e pós-graduandos.

Esta ideologia do produtivismo acadêmico origina-se do Estado, com mediação da Capes e do CNPq, acrescidos da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), entre outros. O produtivismo acadêmico assume sua forma mais acabada, objetivada e cultural no Currículo Lattes (CV-Lattes) (Silva Júnior & Kato, 2010, p. 66).

Essa situação configura uma cultura institucional de competição entre os sujeitos, docentes e pós-graduandos por publicações, em troca de financiamentos e disputas por editais. A busca pela alta produtividade torna-se uma consequência quase natural da política educacional e científica adotada pelo Estado, adquirindo um caráter balizado no autorreferenciamento.

Em particular, o movimento da concorrência desenfreada pela ascensão do conceito dos programas de pós-graduação, tanto a nível individual como institucional, acarreta consequências graves para a saúde de todos os envolvidos, dado o ambiente de isolamento e de hostilidade no local de trabalho causado por valores individualistas (Mancebo, 2013, p. 524).

Frente a essa situação, tende a ocorrer a consolidação de uma subjetividade cada vez mais pautada pelo individualismo, pela competição exacerbada, e pela subordinação às leis do mercado por parte dos docentes, que passam a naturalizar o fato de terem que “vender” ou submeter suas pesquisas e o resultado

delas ao crivo do mercado para obter algum financiamento. O conceito de público presente na subjetividade dos docentes torna-se mais difuso, porquanto legalmente as fronteiras entre o público e o privado rarefazem-se. Entretanto, frente a esse complexo cenário que articula a precarização das condições de trabalho com um severo arrocho salarial, o processo de consciência dos docentes também se vê em movimento. O fenômeno da consciência é visto enquanto movimento: fases que se superam, formas que se rompem, com novas formas e fases que já possuem elementos de suas futuras contradições, não havendo linearidade (Iasi, 2011).

Nesse contexto, a intensificação do trabalho, junto com a precarização de suas condições, foi acompanhada por movimentos de resistência no interior das universidades, em alguns momentos, mais fortes, em outros, mais complicados. À constituição de uma lógica individualista e mercantilista do trabalho e da cultura organizacional que possui a tendência de conformar subjetividades cada vez mais egoístas e autorreferenciadas, contrapõe-se a insatisfação de trabalhar em condições mais precárias e no estranhamento vindo dessa atividade. A contradição própria da sociedade capitalista materializa-se dentro da universidade, e a mediação de luta de classes faz-se patente, atuando na conformação da subjetividade dos trabalhadores docentes.

A greve dos docentes de 2012: uma resposta da classe trabalhadora à precarização promovida pelo governo federal

Não nos cabe discorrer sobre todo o processo de formação da consciência dos sujeitos, mas é importante pontuar como os mesmos sujeitos que estão submetidos a uma cultura institucional cada vez mais competitiva, individualista e alienante, podem resistir a esse processo e realizar a greve mais longa da história dos professores das universidades públicas, caso da greve de 2012, e, três anos depois, realizar uma nova greve de grandes proporções.

A alienação é um elemento subjetivo com bases objetivas, fruto das relações dos sujeitos em vida, a primeira forma de consciência do sujeito, enraizada na forma de cargas afetivas, também denominada senso comum. A ideologia é o que age sobre essa base, possui uma base objetiva própria das relações sociais de produção, atuando de fora para dentro, e encontra nos indivíduos a base subjetiva para o seu estabelecimento. A difusão ideológica não ocorre apenas pela disseminação de ideias e valores pelos mais diversos meios, ainda que isso seja importante; o que é fundamental é a correspondência com as relações concretas encontradas pelos indivíduos e classes. “As relações sociais determinantes, baseadas na propriedade privada capitalista e no assalariamento da força de trabalho, geram as condições para que a atividade humana aliene em vez de humanizar” (Iasi, 2011, p. 21).

Dessa feita, o local de trabalho na sociedade capitalista é o local de alienação/estranhamento, pois é lá que se realiza o trabalho estranhado, com a reificação e fragmentação da consciência, com o predomínio do encapsulamento do trabalhador, que sua coletividade ocorre pela mediação do capital. O trabalhador, um capital variável, que é afetado pelas constantes reestruturações produtivas do capital, em um processo de favorecimento do capital constante (o maquinário), tende a perder sua capacidade de lutar pelas necessidades básicas, como comer, vestir, morar.

Por isso, e não por nenhuma essência, está no ser da classe como fator muito mais marcante que o consentimento a possibilidade da resistência e da luta contra o capital. [...] pelo fato de que a condição reificada [...] pressupõe o humano, mas o humano não pressupõe a reificação, pelo mesmo motivo que o trabalho estranhado pressupõe o trabalho, mas a ação criativa dos seres humanos como mediação de primeira ordem com a natureza não pressupõe o estranhamento (Iasi, 2012, pp. 66-67).

Neste caso, o senso comum – ou primeira forma de consciência – dos docentes possui uma correspondência com a base material de sua existência, já que se vive em uma sociedade capitalista, que possui uma sociabilidade própria, historicamente produzida e reproduzida pelos sujeitos que a compõem. Quando os professores universitários, mesmo que numa instituição pública, submetem-se à iniciativa privada para obterem complemento salarial, ou, por muitas vezes, apenas conseguirem o financiamento de suas pesquisas, eles são “coerentes” com esse momento de consciência. Outrossim, isso é coerente quando os mesmos subordinam-se às avaliações de mote produtivista, quando devem produzir cada vez mais artigos para demonstrarem seu “valor” e avançarem na carreira, ou até mesmo para manter uma hierarquia. Neste caso, o seu trabalho, que ontologicamente possui o papel de humanizá-lo, passa a fazer o contrário: desumaniza-o, torna-o mais egoísta, individualista e competitivo, é a base material pela qual os sujeitos conseguem internalizar valores como a meritocracia extrema. “Em vez de o trabalho tornar-se o elo do indivíduo com a humanidade, a produção social da vida, metamorfoseia-se num meio individual de garantir a sobrevivência particular” (Iasi, 2011, p. 22).

Entretanto, o sujeito, apesar de imerso em determinadas relações sociais de produção, pode entrar em contradição com as mesmas quando estas se chocam com os valores internalizados. Um dos limites objetivos que estabelecem essa contradição é a saúde dos sujeitos. No caso dos professores, isso se torna bastante patente, porquanto um professor que se submete às exigências da CAPES concernentes à produção de artigos, dá aulas para diversas turmas –

quase sempre lotadas–, além de, muitas vezes, realizar outras tarefas de natureza burocrática, tem boas possibilidades de adoecer. Assim, ele pode entrar em contradição, pois, ao contrário da satisfação e do prazer prometidos por se submeter aos valores do capital, ele acaba adoecendo, tendo sua vida precarizada, justamente por viver de acordo com esses valores, o que tem a possibilidade de acarretar em insatisfação, ou seja, permite que se entre em choque com as regras vigentes e a sociabilidade capitalista (Iasi, 2011, 2012).

A partir de determinadas condições – no caso dos professores, a precarização de suas condições de trabalho, o arrocho salarial, as crescentes exigências da institucionalidade produtivista –, pode a contradição entre os valores internalizados e as relações vividas gerar uma superação inicial da alienação. O que é fundamental nesse sentido é o grupo, quando consegue ver em outras pessoas a sua própria contradição, o que possibilita gerar uma ação conjunta para superar essa condição.

A ação coletiva coloca as relações vividas num novo patamar. Vislumbra-se a possibilidade de não apenas se revoltar contra as relações predeterminadas, mas de alterá-las. Questiona-se o caráter natural dessas relações e, portanto, de sua inevitabilidade. A ação dirige-se, então, à mobilização dos esforços do grupo no sentido da reivindicação, da exigência para que se mude a manifestação da injustiça (Iasi, 2011, p. 29).

A contradição entre o movimento subjetivo da incorporação de valores liberais e a objetividade das relações sociais engendra uma inquietude que implica para a ação. Nesse movimento contraditório, a presença de uma figura com quem se identificar, que simbolize a possibilidade de mudança ou resistência, é de suma importância, pois ocorre a coexistência dos valores: de um lado, a realidade é assim, mesmo que indesejável; de outro, é necessário lutar, uma vez que, posteriormente, há a possibilidade de mudar. Assim, desenvolve-se uma perspectiva de ação inicialmente de cunho local, com questões específicas. Ao buscar uma melhoria de vida dentro dos limites da ordem, por meio do trabalho, e, ao se deparar com o mesmo como um momento de negação dessa melhoria, fomenta-se uma identidade que se volta crescentemente pela negação da ordem vigente (Iasi, 2012).

Em um momento de crise da objetividade, quando ocorre “a impossibilidade de continuar vivendo uma impossibilidade”, há a sua interiorização no senso comum. Essa contradição, ao se tornar possível de ser vista nos outros, faz com que se inicie o surgimento de uma identidade coletiva que permita a ruptura da cápsula individual; o grupo possibilita a mediação do sujeito enquanto ser social. Essa vivência em grupo possibilita um salto de consciência que resulte

em uma negação do senso comum. Esse salto de consciência depende de até que ponto a ameaça externa seja, de fato, uma impossibilidade no processo de produção social da vida, podendo ela ser mais focalizada ou mais abrangente (Iasi, 2011, 2012).

Essa “impossibilidade de se viver uma impossibilidade” pode se materializar na situação dos docentes da Educação Superior pública, que, submetidos a uma lógica produtivista, vendo suas condições de trabalho deteriorarem-se cada vez mais, acabam por ter em seu trabalho a sua negação. A resposta para toda essa deterioração, por parte das políticas públicas, é a intensificação do trabalho em condições gradativamente piores, logo, é possível denotar a contradição que emerge na consciência: se a situação atual não está boa, é porque se deve trabalhar mais, mas quanto mais se trabalha, vê-se a situação piorar (o adoecimento, entre outros problemas). Esse é o espaço de fissura da sociabilidade capitalista.

Parte dos professores, estudantes e técnicos já havia se chocado e lutado contra o REUNI desde a sua concepção, e, por conta dessa luta, seus impactos foram mais amenos do que o projeto inicial, ainda que tenha mantido a essência de favorecimento do capital, não obstante a greve tenha ocorrido no último ano do acordo. Contudo, as grandes proporções do movimento grevista só podem ser explicadas pela adesão de mais pessoas, mais insatisfeitos, que vislumbraram na ação coletiva a única possibilidade de sair da situação em que se encontravam.

Escolhemos como interlocutores para a análise o ANDES-SN e a ADUFF-SSind, por representarem um segmento combativo do Movimento Docente e, sobretudo, independente do governo. Desde 2010, o ANDES-SN busca negociar com o governo acerca das perdas salariais dos docentes, da deterioração de suas condições de trabalho e da carreira, da lógica meritocrática e produtivista das avaliações externas nos níveis de graduação e pós-graduação. São itens de reivindicação do ANDES-SN junto ao governo federal:

garantir recursos públicos para a realização imediata de concursos para docentes em regime de DE por meio do Regime Jurídico Único/Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, Decreto 94.644/1987 (RJU/PUCRCE), com a contratação de substitutos configurando um quadro de exceção, apenas para cobrir vacâncias contidas na lei 8.112 do RJU, e não na forma de uma política de Estado; rejeitar a criação do cargo de professor temporário por meio da Medida Provisória (MP) 525/2011; lutar contra o PLP nº 92/2007, responsável pela criação das Fundações Estatais de Direito Privado, contra a venda de serviços que fazem parte dos direitos à cidadania e responsabilidade do Estado (SILVA, 2015, p. 193).

Além disso, lutou-se pela questão salarial, contra a composição salarial por meio das gratificações, pela isonomia salarial e por uma política de recuperação salarial.

Em virtude do processo de mobilizações ocorrido em 2011, o governo sinalizou com um acordo junto ao MD federal, de nível superior e básico, de reajuste salarial e finalização das negociações de reestruturação da carreira.

Para o Magistério de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (MEBTT), há a incorporação da Gratificação Específica de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (GEDBT), e com o aumento de 4% em cima do vencimento já com essa incorporação e também das Retribuições por Titulação (RT). Para o Magistério Superior (MS), há a incorporação da Gratificação Específica do Magistério Superior (GEMAS), com o aumento de 4% correspondendo ao vencimento com a incorporação e também da RT. Dessa feita, o governo tomaria as medidas cabíveis para que isso ocorresse até março de 2012 (*ibidem*, p. 196).

Entretanto, o governo federal não cumpriu os compromissos assumidos junto ao MD, as condições de trabalho foram se deteriorando e o GT proposto pelo governo tornou-se um engodo, sem quaisquer tipos de avanços. Nesse processo, a dinâmica de luta de classes tornou-se ainda mais explícita. A “impossibilidade de se viver uma impossibilidade” tornava-se cada vez mais patente: além de ter sua carreira desestruturada e péssimas condições de trabalho, o governo sinalizou que não poderia oferecer reajuste salarial para os docentes e o conjunto dos Servidores Públicos Federais (SPF). “Com a participação do MD, o conjunto do funcionalismo público federal programou uma série de atos, protestos e manifestações para o mês de março de 2012. A ação se deu em diversas frentes: desde a pressão via parlamentar, até mesmo o fortalecimento dos atos de rua, além de atentar à via jurídico-burocrática” (*ibidem*, p. 206).

As poucas concessões do governo federal eram consequência da embrionária resistência do MD, mas que não era o suficiente para vencer a intransigência governamental. A intransigência governamental, ao invés de enfraquecer o movimento, somente o fortaleceu, e a presença do ANDES-SN no Fórum dos SPFs serviu para coesionar e conferir um caráter mais classista às ações do sindicato. Já o governo, além de postergar as negociações, estabeleceu a data limite de 31 de agosto para as estas, quando se encerraria o prazo de elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do ano seguinte.

O maior antagonismo entre o ANDES-SN e o governo federal dava-se com relação aos princípios defendidos para a carreira: enquanto o sindicato possuía um caráter classista, de defesa da educação pública e gratuita, prezando pela autonomia universitária, isonomia salarial e o fim das gratificações, o governo buscava

a divisão da carreira em MS e MEBTT, resultando em diferenciações remuneratórias para docentes que exercem basicamente as mesmas atividades; uma divisão maior da carreira em níveis e classes, o que engendrava uma maior dificuldade para os docentes alcançarem o topo da carreira, em especial com a criação de um abismo salarial a partir da classe de professor associado; também há a defesa de uma progressão na carreira a partir dos paradigmas mercantis da produtividade, em um sistema de avaliação que desrespeita a autonomia universitária, baseado na hierarquização entre os docentes e a competição entre os mesmos (*ibidem*, p. 279).

Assim, em abril de 2012, o ANDES-SN tira o indicativo de greve para o dia 17 de maio, a ser discutido nas Assembleias Gerais (AG) nas universidades federais, como forma de abrir os canais de negociação com o governo. Na UFF, após a decisão do ANDES-SN, ocorreu uma AG no dia 10 de maio, com a aprovação do indicativo de greve para o dia 22 do mesmo mês, a fim de aumentar a mobilização. “A votação da data do indicativo resultou em 14 votos a favor do dia 17 de maio próximo, 25 votos a favor do dia 22 de maio próximo e uma abstenção.” (Ata da 398ª AG da ADUFF-SSind, 2012, p. 2). O processo de mobilização na UFF foi marcado pelo caráter democrático e classista, contando sempre com a participação de técnicos e alunos e a presença de outros sindicatos. Centralmente, a pauta dos professores chocava-se com o REUNI por conta da luta por condições de trabalho: “A pauta de reivindicações da greve dos docentes [...] Segundo informe, a pauta tem como itens a reestruturação da carreira com valorização salarial, prevista no acordo 04 de 2012, e melhoria das condições de trabalho” (*ibidem*, p. 1).

A luta contra as políticas de Educação Superior do governo federal mobilizou toda comunidade universitária, com os estudantes deflagrando greve também no dia 22 de maio, inclusive com a construção de pautas conjuntas de professores, alunos e técnicos (Ata da 399ª AG da ADUFF-SSind, 2012; Ata da 400ª AG da ADUFF-SSind, 2012). Como pauta específica do MD, foram apresentadas “a reestruturação da carreira docente com valorização salarial, a partir da fixação do piso e de uma malha salarial, e a melhoria das condições de trabalho” (Ata da 399ª AG da ADUFF-SSind, 2012, p. 1) Já no dia 17 de maio, 33 das 59 seções sindicais aderiram à greve; e o governo foi pressionado, mas insistiu em protelar as negociações, inclusive desmarcando reunião com o ANDES-SN.

A intransigência do governo teve como resultado aumentar a força da greve e, no dia 28 de maio, já eram 44 seções sindicais em greve, inclusive nas bases do PROIFES. “A greve também se amplia na base do sindicato governista, como no RS, base PROIFES [...]” (Ata da 405ª AG da ADUFF-SSind, 2012, p. 1). Outra tática de pressão foi a realização de atos de rua, como o ato na Praça XV, no Rio de Ja-

neiro, com milhares de pessoas, para abrir também um canal de diálogo com a sociedade.

O ato “Educação e saúde pública: namore essa idéia” reuniu nesta terça feira, dia 12, cerca de cinco mil manifestantes pelas ruas do centro do Rio. Com a participação de estudantes, técnicos e professores da UFF, UFRJ, UniRio, Rural e Cefet, o ato começou com uma passeata, que teve concentração na Candelária. Já ali, milhares de manifestantes portavam cartazes, faixas e bandeiras defendendo investimento de 10% do PIB na educação pública, novos concursos para professores e técnicos, melhores instalações, e muitas outras coisas (ADUFF-SSind, 2012a, s/p).

A luta interna nas IFES também foi fundamental, como as ações no Conselho Universitário e a suspensão oficial do calendário acadêmico na UFF (Ata da 401ª AG da ADUFF-SSind, 2012; ADUFF-SSind, 2012b). O caráter formativo das atividades de greve foi também um destaque do movimento, sobretudo por conta do assédio moral de direções e reitoria.

Outro elemento importante utilizado como tática de formação política e crescimento da mobilização dos docentes pela ADUFF-SSind foi a realização de seminários de esclarecimento sobre a situação da UFF, os direitos dos grevistas, em especial aqueles que são mais assediados durante o movimento: os temporários, substitutos e os docentes em estágio probatório (SILVA, 2015, p. 283).

A interiorização foi um grande mote para o movimento grevista, pois o processo de precarização nos novos cursos, *campi* e universidades foi ainda mais perverso do que nas IFES já consolidadas. Na UFF, as ações desenvolvidas nos polos do interior foram fundamentais, já que grande parte de seus professores era nova – efetivos ou temporários –, o que explicou o engajamento e o protagonismo desses docentes, em virtude do grau de precarização a que estavam sujeitos, tornando a sua “impossibilidade” ainda mais impossível de ser vivida. “Um terço dos professores da UFF é substituto, temporário, ou está em estágio probatório” (ADUFF-SSind, 2012c). As atividades do interior foram o grande destaque da greve: “têm ocorrido várias atividades com os estudantes, como pipoca e cinema na praça, atividades em frente à maior fábrica deste município. Na próxima semana vai ocorrer uma atividade de *Arraiá* na Praça, como atividade da greve da categoria” (Ata da 406ª AG da ADUFF-SSind, 2012, p. 1).

Como fruto das mobilizações, o governo cedeu em apresentar propostas alternativas, e a preocupação nas AGs passa a ser o cuidado com o que seria ofe-

recido e também com o papel do PROIFES nessas negociações, que era crescentemente desmascarado em sua posição pelega, com o a desfiliação de seções sindicais sob o seu controle (Ata da 405ª AG da ADUFF-SSind, 2012). A dialética do Estado burguês entre consenso e coerção também ficou bem clara, pois, ao mesmo passo que o governo sinalizou com a negociação com os servidores, também sinalizou para as reitorias o corte de ponto dos grevistas, por meio dos Comunicados Gerais NR 552047 e NR 552048, o que foi duramente enfrentando pelo movimento na UFF, fazendo com que o vice-reitor Sidney Lobo garantisse que não haveria corte de ponto (ADUFF-SSind, 2012d, 2012e).

As propostas do governo, com avanços e retrocessos, sempre mantiveram o caráter produtivista da carreira, o seu caráter de hierarquização vertical, com uma série de obstáculos para a progressão na carreira. Houve vitórias, como no caso da retirada da proposta da implementação de mais um nível na carreira – o “sênior” –, mas também derrotas, como a limitação das vagas para professor titular, e, sobretudo, o caráter de heteronomia das avaliações da carreira. Um dos motes do movimento paredista era combater também o “produtivismo na pós-graduação nas publicações; não podemos esquecer o produtivismo gerencial: aumento de alunos e implicação de maiores tarefas técnico-administrativas delegadas aos professores; imposto, paulatinamente, nas avaliações para progressão de carreira” (Ata da 404ª AG da ADUFF-SSind, 2012, p. 2). Nesse ínterim, o governo ainda sinalizou com reajustes abaixo da inflação, beneficiando apenas aqueles no topo da carreira, minoria entre os docentes, concedendo somente um aumento de R\$ 3,9 bilhões para R\$ 4,2 bilhões de reais no que tange aos gastos com o pessoal docente. A recomposição salarial ocorreria de forma escalonada, com previsão até março de 2015.

As falas de avaliação foram no sentido de que já temos ganhos reais com a força do movimento. Foi ressaltada a necessidade de continuidade da luta, seja ou não em estado de greve, e que provavelmente teremos que reiterar os princípios de nossa pauta ainda que alguns itens possam ser flexibilizados. Houve também avaliação no sentido de que a proposta do governo não contempla nossa pauta e também que não se pode ignorar o movimento dos demais servidores, apontando para a manutenção do enfrentamento. [...] Encerraram-se as avaliações com a proposição de que haja uma maior unificação do movimento docente com os demais servidores em greve (Ata da 409ª AG da ADUFF-SSind, 2012, pp. 1-2).

Dessa feita, com apoio do PROIFES, o governo encerra as negociações unilateralmente e assina o acordo junto à entidade pelega. Foi um momento crítico para a greve, em virtude do desgaste dos militantes, assim como em virtude da

proximidade com o dia 31 de agosto. As AGs passaram a ser mais divididas entre os que aprovavam e recusavam o acordo.

passamos os últimos 15 anos desestruturando a carreira, os aposentados perderam muito, uma distância muito grande dos docentes que são adjuntos sem titulação que não podem progredir para associado. Não dá para termos uma carreira sem princípios, não dá para abrir mão do montante, não estamos abrindo mão do escalonamento (Ata da 410ª AG da ADUFF-SSind, 2012, p. 2).

Contudo, até mesmo a direção do ANDES-SN sinalizava como limite o dia 31 de agosto, o que exercia bastante influência sobre a categoria, e serviu para enfraquecer o movimento, fortalecendo o governo em sua posição de encerrar as negociações e assinar o acordo com o PROIFES. Assim sendo, realizam-se denúncias às práticas do PROIFES: “Com um sindicato pelego como o PROIFES, nós temos problema, um sindicato sem base, que precisa lançar mão de consulta eletrônica. Não temos problema com outros sindicatos, mas sim com sindicato governista” (Ata da 411ª AG da ADUFF-SSind, 2012, p. 5).

O autoritarismo do governo serviu para os militantes fortalecerem a mobilização e buscarem outros meios de radicalizar a greve e reabrir as negociações. Não obstante, buscou-se também o apoio de parlamentares no Congresso e no Senado para abrir uma interlocução com o governo federal. “Os nossos dois pontos de pauta não foram atendidos. Fortalecer a greve para forçar o governo para reabrir negociação e desmistificar a data de 31 de agosto. Temos espaço sim para continuarmos nossa greve.” (*ibidem*, p. 2).

A luta interna também se acirrou quando dois professores da UFF foram ao espaço da AG criticá-lo como antidemocrático, ilegítimo, apontando a falta de pessoas, defendendo AGs virtuais e o direito de “não fazer greve”, posição que foi rechaçada pelos professores presentes – “porque os professores não vêm a AG. Não pode ver (sic) forma melhor do que a AG, onde nos vemos. A consulta eletrônica não permite isso. Nós precisamos deste espaço.” (*ibidem*, p. 1). Os setores contrários à greve cresciam sobretudo pelo desgaste do movimento, que já completava três meses. Contudo, houve também a defesa da AG como um espaço amplamente democrático, sobretudo por todos terem direito à sua opinião e pelo fomento ao saudável debate, em contraposição à reificação tecnológica defendida por aqueles docentes. “Enquanto tivermos este sindicato, jamais trocaríamos a assembleia pela consulta eletrônica. Da mesma forma que primamos pela aula presencial, defendemos as assembleias. Não somos contra as tecnologias, mas temos que usá-las a nosso favor.” (*ibidem*, p. 4).

O fato de o conjunto dos SPFs ampliar o movimento paredista deu um ânimo para os docentes grevistas manterem sua mobilização. “A greve do conjunto

dos SPFs alcança o número de 350 mil servidores em greve, realizando um grande ato nacional no dia nove de agosto, o que faz com que o governo reveja sua posição e passe a negociar com o funcionalismo federal” (SILVA, 2015, p. 288).

A manutenção da greve deu-se pela realização de atos de rua e pressão com um corte cada vez mais classista para o movimento, sempre em interlocução com o Fórum dos SPFs, apesar de manter a sua pauta específica. Todavia, com a sinalização de assinar o acordo com o governo federal por parte de segmentos dos técnicos e da educação básica, o movimento leva seu último golpe, e a luta interna torna-se mais acirrada, ainda mais com a proximidade do dia 31, crescendo, a cada AG, o número de votos pela saída da greve (Ata da 413ª AD da ADUFF-SSind, 2012; Ata da 414ª AG da ADUFF-SSind, 2012).

Dessa forma, a direção do ANDES-SN e o Comando Nacional de Greve deliberaram como indicativo a saída nacional unificada da greve, com o intuito de sair com “força” da greve e manter o estado de mobilização, sendo consenso junto ao CLG da ADUFF-SSIND. No entanto, o movimento teve uma grande cisão entre os que defendiam a saída e os que queriam a permanência na greve, enquanto os setores contrários à greve defendiam a saída imediata, vencendo a proposta de saída unificada (Ata da 416ª AG da ADUFF-SSind, 2012). A saída da greve ocorreu no dia 17 de maio, junto ao que foi indicado pelo ANDES-SN, possuindo como principais indicativos a manutenção da mobilização e a ampliação da formação política dos docentes, sendo o calendário acadêmico grande ponto de discussão, aprovando-se também a reposição integral dos dias parados.

Assim, encerrou-se aquela greve que até então havia sido a maior da história dos docentes das IFES, e, como toda luta sindical, arrancou concessões do governo, mas foi incapaz de resolver os problemas crônicos do sistema capitalista. Contudo, é importante destacar o quão didáticas são essas lutas, como em muitos dos casos, e vemos neste caso, em especial, a dialética da consciência, o processo de superação do individualismo, da heteronomia e do autorreferenciamento em prol das ações coletivas e do pertencimento à instituição e ao seu órgão representativo, o sindicato. As vitórias de uma greve, para além das conquistas financeiras e objetivas, são também as conquistas subjetivas, a constituição de um senso coletivo e o avanço no processo de uma consciência de classe que desemboque na necessidade de superar o sistema capitalista.

Conclusão

Em última análise, compreendemos que, apesar de limitadas pelo próprio modo de produção capitalista, as universidades públicas possuem um grande papel transformador na sociedade, seja pela possibilidade relativa aos avanços técnico-científicos, seja pela potencialidade de produção de um conhecimento autônomo e crítico. Entretanto, dentro de uma estrutura societária capitalista,

todo esse potencial encontra-se cada vez mais subsumido à lógica mercantil do capital, servindo aos interesses utilitaristas do capital. Essa situação agrava-se em um país de capitalismo periférico, em que mesmo o potencial limitado dentro do capitalismo torna-se ainda mais cerceado pela sua subordinação aos interesses dos países centrais do capitalismo.

Esse é o contexto dos ataques que as universidades públicas vêm sofrendo ao longo de sua história pelo desenvolvimento da produção capitalista, que são intensificados pela condição periférica. Esse arranjo influencia diretamente as condições de trabalho e estudo nas universidades, e os trabalhadores que lá se encontram são impactados nesse ínterim. Como o trabalho é uma característica ontológica do homem, que garante a sua hominização, sob a égide do capitalismo, essa hominização converte-se em estranhamento, e, com a sua precarização, tende-se ao aprofundamento do estranhamento.

Com isso, a precarização, sucateamento, mercantilização e privatização interna das universidades públicas impelem que os professores tendam a tornar-se mais alienados, estranhos ao seu trabalho e aos seus colegas, pautados pelo individualismo e autorreferenciamento. Entretanto, a vida move-se dialeticamente, assim como a consciência, e, ao mesmo tempo em que se tende ao isolamento, a precarização das condições de trabalho e estudo também faz com que surja uma insatisfação com a situação em que se encontram. É o espaço de fissura da consciência com a sociabilidade do capital, abrindo espaços para vislumbrar, refletir, e buscar outro tipo de ação, cultivar outros valores, como o da ação sindical, e, mais profundamente, o da ação classista.

Entende-se, então, de que maneira foi possível, em uma conjuntura extremamente adversa, após a imposição de projetos mercantilistas, produtivistas, do estímulo da competitividade e do individualismo cada vez mais presentes em nossa sociedade e também nos ambientes de trabalho, que os docentes das IFES construíssem um movimento histórico de resistência, com a maior greve da história até aquele momento.

Referências bibliográficas

- ADUFF-SSind. *Marcha em defesa da educação pública leva cinco mil pessoas à rua*. 2012a. Disponível em: <<http://grevedosprofessoresuff2012.blogspot.com.br/2012/06/marcha-em-defesada-educacao-publica.html>>. Acesso em 20/11/2013.
- _____. *Conselho Universitário da UFF aprova suspensão do calendário acadêmico*. 2012b. Disponível em <<http://grevedosprofessoresuff2012.blogspot.com.br/2012/05/conselhouniversitario-da-uff-aprova.html>>. Acesso em 20/11/2013.

_____. *Governo dificulta que docentes cheguem ao topo da carreira*. 2012c. Disponível em: <<http://grevedosprofessoresuff2012.blogspot.com.br/2012/06/governo-dificulta-que-docentes-cheguem.html>>. Acesso em 05/12/2013.

_____. *Nota pública sobre a orientação do governo para o corte de ponto dos servidores federais*. 2012d. Disponível em: <<http://grevedosprofessoresuff2012.blogspot.com.br/2012/07/nota-publica-sobreorientacao-do.html>>. Acesso em 13/12/2013.

_____. *Centenas de pessoas participam de ato contra a privatização do HUAP*. 2012e. Disponível em: <<http://grevedosprofessoresuff2012.blogspot.com.br/2012/07/centenas-depessoas-participam-de-ato.html>>. Acesso em 16/12/2013.

Ata da 398ª Assembleia Geral da ADUFF-SSind realizada pela gestão “Mobilização Docente e Trabalho de Base”, biênio 2012/2014, 10 de maio de 2012.

Ata da 399ª Assembleia Geral da ADUFF-SSind realizada pela gestão “Mobilização Docente e Trabalho de Base”, biênio 2012/2014, 17 de maio de 2012.

Ata da 400ª Assembleia Geral da ADUFF-SSind realizada pela gestão “Mobilização Docente e Trabalho de Base”, biênio 2012/2014, 22 de maio de 2012.

Ata da 404ª Assembleia Geral da ADUFF-SSind realizada pela gestão “Mobilização Docente e Trabalho de Base”, biênio 2012/2014, 21 de junho de 2012.

Ata da 405ª Assembleia Geral da ADUFF-SSind realizada pela gestão “Mobilização Docente e Trabalho de Base”, biênio 2012/2014, 27 de junho de 2012.

Ata da 406ª Assembleia Geral da ADUFF-SSind realizada pela gestão “Mobilização Docente e Trabalho de Base”, biênio 2012/2014, 5 de julho de 2012.

Ata da 409ª Assembleia Geral da ADUFF-SSind realizada pela gestão “Mobilização Docente e Trabalho de Base”, biênio 2012/2014, 25 de julho de 2012.

Ata da 410ª Assembleia Geral da ADUFF-SSind realizada pela gestão “Mobilização Docente e Trabalho de Base”, biênio 2012/2014, 30 de julho de 2012.

Ata da 411ª Assembleia Geral da ADUFF-SSind realizada pela gestão “Mobilização Docente e Trabalho de Base”, biênio 2012/2014, 7 de agosto de 2012.

Ata da 413ª Assembleia Geral da ADUFF-SSind realizada pela gestão “Mobilização Docente e Trabalho de Base”, biênio 2012/2014, 21 de agosto de 2012.

Ata da 414ª Assembleia Geral da ADUFF-SSind realizada pela gestão “Mobilização Docente e Trabalho de Base”, biênio 2012/2014, 30 de agosto de 2012.

Ata da 416ª Assembleia Geral da ADUFF-SSind realizada pela gestão “Mobilização Docente e Trabalho de Base”, biênio 2012/2014, 11 de setembro de 2012.

SILVA, M.C. da. *O REUNI na UFF: da precarização das condições de trabalho à luta nos campi*. 2015. 307f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. UFF, Niterói, 2015.

- BRASIL. Ministério da Educação. *Reestruturação e Expansão das Universidades Federais* – Diretrizes Gerais. Documento Elaborado pelo Grupo Assessor nomeado pela Portaria nº 552 SESu/MEC, de 25 de junho de 2007, em complemento ao art. 1º §2º do Decreto Presidencial nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. 2007a. Acesso em 28/01/2014.
- _____. Presidência da República. *Decreto no 6.096, de 24 de abril de 2007*. Programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das Universidades Federais – Reuni. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2007. Disponível em: <<http://www.dee.ufcg.edu.br/dee/arquivos/Decreto.6096.de.24.04.2007.pdf>>. 2007b. Acesso em 10/04/2012.
- _____. Ministério da Educação. Secretária da Educação Superior. *Acordo de Metas do Reuni n. 044, de março de 2008*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, março de 2008. Disponível em: <<http://www.proppi.uff.br/posgraduacao/sites/default/files/acordo-metas.pdf>>. 2008a. Acesso em 20 jun. 2014.
- CARCANHOLO, M. D. “O atual resgate crítico da teoria da dependência.”, *Revista Trabalho, Educação, Saúde*. Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, pp. 191-205, jan./abr. 2013.
- FERNANDES, F. “Universidade e desenvolvimento.” In: IANNI, O. (org.). *Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2004, pp. 272-316.
- _____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 4.ed. São Paulo: Global, 2009.
- GTPE/ADUFF-SSind. *Caderno de expansão e condições de trabalho docente*. Niterói, março de 2013.
- IASI, M. L. “Reflexão sobre o processo de consciência.” In: IASI, M. L. (org.). *Ensaio sobre consciência e emancipação*. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, pp. 11-45.
- _____. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- MANCEBO, D. “Trabalho docente e produção de conhecimento.” *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte: ABPS, v. 25, pp. 519-526, 2013.
- MINTO, L. W. *A educação da “miséria”*: particularidade capitalista e educação superior no Brasil. 2011. 326f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Unicamp, Campinas. 2011.
- MIRANDA, K. A. *As lutas dos trabalhadores da educação: do novo sindicalismo à ruptura com a CUT*. 2011. 400f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de História. UFF, Niterói, 2011.
- RODRIGUES, J. *Os Empresários e a Educação Superior*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SILVA JÚNIOR, J. dos R. & KATO, F. B. G. “Mundialização do capital, reforma do Estado, pós-graduação e pesquisa no Brasil.”, *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.37, p. 59-71, mar.2010.

UFF. *Relatório de Gestão do exercício de 2011*. Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0B9V0Y_u5CLzNHd3Mno2a0lwWm8/edit?pli=1>. Acesso em: 15/01/2015. 2012.

Recebido em 2 de novembro de 2017

Aprovado em 8 de março de 2018